

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO INCLUSIVAS NO ENSINO SUPERIOR: PANORAMA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

INCLUSIVE LANGUAGE AND COMMUNICATION IN HIGHER EDUCATION: OVERVIEW OF PUBLIC UNIVERSITIES

Alejandro Knaesel Arrabal¹

RESUMO

O presente estudo retrata o panorama das universidades públicas brasileiras, em relação as ações orientadas ao emprego da linguagem e comunicação inclusivas. A primeira parte do trabalho desenvolve os conceitos das categorias linguagem, comunicação e inclusão, tendo em vista os pressupostos do pragmatismo linguístico. A segunda observa evidências de ações orientadas ao emprego de linguagem e comunicação inclusivas nos espaços universitários, obtidas a partir de levantamento de informações nos portais web de universidades federais e estaduais brasileiras. Os resultados apontaram para a existência de ações manifestas objetivamente em: eventos e formações; informes, notícias e reportagens; guias e manuais; normas e atos internos; projetos e ações de extensão; produtos acadêmicos; e conteúdo em planos de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; Inclusão; Linguagem; Comunicação; Identidade; Discriminação.

ABSTRACT

The present study portrays the panorama of Brazilian public universities, in relation to actions aimed at using inclusive language and communication. The first part of the work develops the concepts of the category's language, communication and inclusion, taking into account the assumptions of linguistic pragmatism. The second observes evidence of actions aimed at the use of inclusive language and communication in university vacancies, obtained from information collection on web portals of Brazilian federal and state universities. The results pointed to the existence of actions objectively manifested in: events and formations; reports, news and reports; guides and manuals; internal rules and acts; extension projects and actions; academic products; and content in teaching plans.

KEYWORDS: University; Inclusion; Language; Communication; Identity; Discrimination.

¹ Professor e pesquisador dos Programas de Mestrado em Direito (PPGD) e Administração (PPGAd) da FURB. Doutor em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

1 INTRODUÇÃO

Atos comunicativos aspiram tornar comum certas leituras de mundo, valendo-se dos códigos que já são próprios àqueles que se comunicam. Ocorre que o “ato” de comunicar não representa um gesto isolado, produto apenas de uma exteriorização do “eu”. Trata-se de um processo de *interação*, no qual mesmo quem permanece apenas “ouvindo”, também “fala” em seu interior.

A teoria da comunicação de Shannon (1948) cuja abordagem é de ordem técnica, pressupõe emissor, mensagem, código, meio e receptor. O “código” consiste no sistema de sinais, o suporte lógico (o *logos*); e o “meio” é o suporte material, a estrutura física. Código e meio formam a ponte que une emissor e receptor no propósito de transmitir a mensagem. Ela é o conteúdo que se pretende transmitir, produto do emissor, de modo que o destinatário não participa de sua formulação. Tal abordagem, linear e segmentada, é insuficiente para lidar com o caráter complexo da comunicação humana, em termos de aspirações de vida.

Oliveira (2019, p. 7) considera que “a comunicação é uma prática social que se desenvolve em torno das noções de relação, de interação, de linguagem/discurso e de produção de sentidos. Assim, para compreender e analisar o fenômeno comunicacional é preciso ir além da ideia de fluxos informacionais”. Nesse sentido, pode-se considerar que a comunicação é um meio que molda “atitudes, percepções e comportamentos e que reflete o mundo no qual aspiramos viver e trabalhar. As palavras e as imagens não são, portanto, anódinas, já que a comunicação pode tornar-se discriminatória” (SGCUE, 2018, p. 5).

Em geral, parece existir certa diferença entre dizer e agir. Por meio da oralidade e da escrita é possível descrever um acontecimento, o que representa uma ação comunicativa que ocorre em momento, lugar e condições diferentes da ocorrência descrita “em si”. Nessa perspectiva, costuma-se dizer que “uma coisa é falar, outra coisa é fazer”. Há outros ditos populares com fundamento semelhante, por exemplo: “na teoria é uma coisa, na prática é outra!”; “o papel aceita tudo!”; “quem conta um conto, acrescenta um ponto”. Nessas e em outras proposições, a linguagem é tomada em sua função representativa que, mesmo orientada à denotação, é vista como algo distinto do que é descrito.

Na mesma perspectiva, assim como no plano técnico, a palavra “comunicação” é popularmente considerada como o ato de transmitir algo, sejam relatos ou ideias. Apesar da Teoria da Comunicação encontrar fundamento no campo tecnológico, especialmente na codificação e decodificação de dados para o seu tratamento em máquinas digitais, no âmbito

das relações humanas, linguagem e comunicação assumem concepção diversa, pois são movidas pela expectativa de produzir e reconhecer sentido.

O conceito de “sentido”, por sua vez, mistura a dimensão sensorial humana – visão, audição, paladar, olfato e tato –, ao domínio do lógico, do que “faz sentido” quando aponta para uma direção certa, um caminho, um horizonte que se aspira seguir. Assim, o sentido surge na produção dos discursos socialmente constituídos. Maingueneau (2015, p. 29) observa que o sentido não é “diretamente acessível, estável, imanente a um enunciado ou a um grupo de enunciados que estaria esperando para ser decifrado: ele é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas”.

No campo da filosofia da linguagem, contribuições importantes foram produzidas ao longo da segunda metade do século XX², deslocando os códigos linguísticos de uma posição instrumental e descritiva para um status constitutivo da realidade. Entre outros aspectos, essa virada linguística aponta para o fato de que o sentido não se encontra aprisionado monoliticamente em qualquer palavra ou sinal perceptível, embora deles não possa dispor. O sentido é sempre um envio social que paradoxalmente flui e se cristaliza na linguagem por meio da comunicação.

É na linguagem que o mundo passa a existir como realidade estável e coerente, só então suscetível de ser descrita e compreendida. A linguagem “[...] é capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes.” (Berger; Luckmann, 2014, p. 57). Não há um sentido universal que se possa abstrair do mundo material, independente dos códigos engendrados na convivência dos integrantes de uma comunidade. Explica Flusser (2004, p. 128) que “cada língua é um mundo diferente, cada língua é um mundo inteiro, e diferente de toda outra língua” de modo que “o intelecto, realizado na conversação de uma língua específica, apreende, compreende e articula a realidade específica de sua língua”. Ainda para o filósofo “aquilo que chamamos de fenômenos naturais, as pedras, as estrelas, a chuva, as árvores, a fome, são fenômenos reais, porque são conceitos, palavras. [...] À medida que a conversação progride, a natureza se transforma.” (Flusser, 2004, p. 190).

Explica Mosé (2014, p. 128), que “a linguagem é uma ordenação do múltiplo, um processo de simplificação para efeito de comunicação e acordo”. Nesse sentido, “a linguagem

² Trata-se do “giro linguístico”, “[...] expressão que esteve em moda nos anos 1970 e 1980 para designar uma certa mudança que ocorreu na filosofia e em várias ciências humanas e sociais, e que as estimulou a dar uma atenção maior ao papel desempenhado pela linguagem, tanto nos próprios projetos dessas disciplinas quanto na formação dos fenômenos que elas costumam estudar”. (Gracia, 2005, p. 19-20)

é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação [...] Falar, e com maior razão discorrer, não é comunicar, [...] é sujeitar: toda língua é uma reição generalizada”. (Barthes, 2013, p. 11-12)

Disso resulta uma contradição inafastável presente na linguagem: o seu domínio é o domínio sobre o mundo e, ao mesmo tempo, a sujeição a ele. Se a linguagem é a morada humana como afirma Heidegger (1983, p. 171), ingressar nela – ser incluído – pressupõe assimilar sua normatividade.

A palavra “inclusão” conquistou relevo nas últimas décadas, especialmente em decorrência dos movimentos sociais orientados a efetivar garantias vinculadas a dignidade existencial, dentre elas o direito a igualdade, o acesso a condições de subsistência e convívio sustentável, entre outros valores previstos nas Declarações Internacionais de Direitos e Constituições dos Estados nacionais. O sujeito “marginal” – aquele que é colocado a margem, segregado – é assim qualificado por fatores culturais e econômicos que encontram na linguagem os seus elementos constitutivos de valor. Freire (2008, p. 5) observa que “a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros”. Trata-se de “um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas” (Camargo, 2017, p. 1). Assim, a inclusão pressupõe condições para que toda pessoa participe ativamente dos diversos espaços que compõem a realidade social, independentemente das singularidades que caracterizam o seu modo de ser e existir. O efetivo exercício da diversidade envolve aspectos de ordem objetiva, a exemplo da superação de barreiras físicas que dificultam o trânsito de pessoas com deficiência, assim como a desconstrução de barreiras atitudinais que se manifestam nas relações intersubjetivas por meio da comunicação e da linguagem.

A comunicação humana “é um processo artificial” afirma Flusser (2017, p. 85) condição que é esquecida quando os códigos da linguagem são assimilados, figurando para os integrantes de uma comunidade idiomática como se naturais fossem. Assim, perpetuam-se polarizações e assimetrias sociais que resultam em processos discriminatórios. Sobre essa questão, Bezerra (2015, n. p.) observa que os “vocabulários nunca são neutros. Quando eles estabelecem identidade, geralmente positivam esta identidade e negativizam a identidade contrária. Em uma cultura racista, branco é positivo, preto é negativo”.

Linguagem, comunicação e inclusão apresentam estreita afinidade, na medida que a concretização de certas aspirações sociais passa por processos que apontam para mudanças nas

convenções linguisticamente sedimentadas. Nesse sentido, advertem Leal e outros (2023, p. 4) que “[...] não encarar a linguagem como mutável e, ao mesmo tempo, desvalorizar o seu papel organizador de significados sociais, é contribuir para a manutenção da vulnerabilidade e desvantagem psicossocial em que se encontram determinados grupos”.

Atualmente, a comunicação inclusiva diz respeito a modulações linguísticas relacionadas mais estreitamente a questões de identidade de gênero, LGBTQIAPN+³, étnico-raciais e pessoas com deficiência (Petermann, 2022), embora o conceito seja aplicável a qualquer dimensão social que revele alguma forma de restrição ao exercício de direitos fundamentais. Nessa ordem encontram-se o analfabetismo linguístico e o funcional, a carência no letramento tecnológico, as barreiras impostas por repertórios linguísticos especializados⁴, entre outros cenários que suscitam fatores de exclusão.

O reconhecimento da universidade como espaço privilegiado do saber é uma noção que persiste no imaginário social, em que pese a existência de duras críticas contemporâneas, das quais pode-se destacar: a dificuldade de atender plenamente as expectativas de qualificação do mercado de trabalho⁵, cada vez mais diversificado e sujeito a mudanças; a demanda por conhecimento técnico de curto prazo que garanta rápida empregabilidade, especialmente diante da realidade econômica dos países do sul global; o entusiasmo sobre o acesso universal e facilitado ao conhecimento, via rede global de computadores, que coloca ainda mais sob suspeita o papel do ensino tradicional.

As instituições de ensino superior, em especial as universidades, enfrentam o desafio de articular ensino, pesquisa e extensão, a partir de uma constelação de expectativas sociais e econômicas. Atualmente, o seu compromisso universal diz respeito, tanto a multiplicidade de expressões da arte e da técnica, quanto a noção de pertencimento coletivo difuso, um espaço plural e democrático nutrido pelo valor da diversidade humana.

A preocupação com a linguagem e suas implicações na vida e no contexto organizações públicas⁶ e privadas representa um tema de alta relevância no contemporâneo. A modulação dos códigos comunicativos e suas diversas formas de aplicação e mediação tem despertado debates, especialmente a respeito de construções identitárias que envolvem a reivindicação de

³ A expressão é constituída pelas iniciais das palavras: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais (ou Transgêneros ou Travestis), Queer, Intersexo, Assexuais (ou Agênero), Pansexuais (ou Polissexuais), Não-binárias e mais.

⁴ A exemplo do campo farmacêutico em relação as bulas de medicamentos e do direito em relação ao emprego de linguagem excessivamente técnica.

⁵ “Uma pesquisa realizada pelo ManpowerGroup apontou que a falta de mão de obra qualificada no Brasil atingiu a marca de 81% em 2022 – a média global é de 75%.” (Garcia, 2022, n. p.)

⁶ O emprego de uma “linguagem simples” tem despertado o interesse do Judiciário, do Legislativo e da Administração Pública, como se observa, a título de exemplo, no âmbito do Laboratório de Inovação do Governo de Minas Gerais (LAB.MG, 2021).

direitos e afirmação de minorias. Orlandi (2014) observa que o termo “minorias” não diz respeito a quantitativos, mas remete aos segmentos sociais cujas reivindicações são esmaecidas nos espaços democráticos. A autora esclarece, ancorada em Sodré, que “são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas”, entre outros (Orlandi, 2014, p. 31).

O reconhecimento da universidade como lugar privilegiado do saber é uma noção que persiste no imaginário social, em que pese a existência de duras críticas contemporâneas, das quais pode-se destacar: a dificuldade de atender plenamente as expectativas de qualificação do mercado de trabalho⁷, cada vez mais diversificado e sujeito a mudanças; a demanda por conhecimento técnico de curto prazo que garanta rápida empregabilidade, especialmente diante da realidade econômica dos países do sul global; o entusiasmo sobre o acesso universal e facilitado ao conhecimento, via rede global de computadores, que coloca ainda mais sob suspeita o papel do ensino tradicional.

As instituições de ensino superior, em especial as universidades, enfrentam o desafio de articular ensino, pesquisa e extensão, a partir de uma constelação de expectativas sociais e econômicas. Atualmente, o seu compromisso universal diz respeito, tanto a multiplicidade de expressões da arte e da técnica, quanto a noção de pertencimento coletivo difuso, um espaço plural e democrático nutrido pelo valor da diversidade humana.

Assim, não seria equívoco afirmar que a linguagem e comunicação inclusivas deveriam integrar a realidade acadêmica de modo estrutural, manifesta por meio de projetos e ações. Considerando esses fatores, o presente estudo tem o propósito de retratar o panorama das universidades públicas brasileiras, em relação as ações orientadas ao emprego da linguagem e comunicação inclusivas, compreendidas como determinantes para as dinâmicas de inclusão social.

2 METODOLOGIA

Partindo do cenário das expectativas contemporâneas que incidem sobre as organizações de ensino superior, a pesquisa realizada foi de caráter descritivo e qualitativo envolvendo informações obtidas na rede global de computadores, com vistas a identificar evidências do emprego de linguagem e comunicação inclusivas nos espaços universitários. A partir de Triviños (1987), cumpre observar que estudos descritivos assumem como foco predominante conhecer uma dada realidade e, mesmo realizados de modo qualitativo, podem

⁷ “Uma pesquisa realizada pelo ManpowerGroup apontou que a falta de mão de obra qualificada no Brasil atingiu a marca de 81% em 2022 – a média global é de 75%.” (Garcia, 2022, n. p.).

ter o apoio de dados quantitativos (como é o caso do presente trabalho), sem necessariamente empregar análises estatísticas. Observa Godoy (1995, p. 21) que a “pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Assim, a pesquisa qualitativa se ocupa em considerar aspectos que envolvem um determinado contexto social, procurando compreender o seu sentido e alcance.

O levantamento de informações operado no presente estudo considerou os portais eletrônicos de sessenta e nove (69) Universidades Públicas Federais e quarenta e sete (47) Estaduais brasileiras.

Tabela 1 – Lista das Universidades Públicas Federais

N.	UF	Sigla	Denominação	Link
1	AC	UFAC	Universidade Federal do Acre	www.ufac.br
2	AM	UFAM	Universidade Federal do Amazonas	www.ufam.edu.br
3	AP	UNIFAP	Universidade Federal do Amapá	www.unifap.br
4	PA	UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	www.unifesspa.edu.br
5	PA	UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia	www.novo.ufra.edu.br
6	PA	UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará	www.ufopa.edu.br
7	PA	UFPA	Universidade Federal do Pará	www.ufpa.br
8	RO	UNIR	Universidade Federal de Rondônia	www.unir.br
9	RR	UFRR	Universidade Federal de Roraima	www.ufrr.br
10	TO	UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins	www.ufnt.edu.br
11	TO	UFT	Universidade Federal do Tocantins	www.uft.edu.br
12	AL	UFAL	Universidade Federal de Alagoas	www.ufal.br
13	BA	UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	www.ufrb.edu.br
14	BA	UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia	www.ufsb.edu.br
15	BA	UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia	www.ufob.edu.br
16	BA	UFBA	Universidade Federal de Bahia	www.ufba.br
17	CE	UFC	Universidade Federal do Ceará	www.ufc.br
18	CE	UNILAB	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	www.unilab.edu.br
19	CE	UFCA	Universidade Federal do Cariri	www.ufca.edu.br
20	MA	UFMA	Universidade Federal do Maranhão	www.portalpadrao.ufma.br
21	PB	UFPB	Universidade Federal da Paraíba	www.ufpb.br
22	PB	UFCG	Universidade Federal de Campina Grande	www.portal.ufcg.edu.br
23	PE	UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	www.ufrpe.br
24	PE	UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco	www.portais.univasf.edu.br
25	PE	UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	www.ufpe.br
26	PE	UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	www.ufape.edu.br/home
27	PI	UFPI	Universidade Federal do Piauí	www.ufpi.br
28	PI	UFDP	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	www.ufdpar.edu.br
29	RN	UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	www.ufersa.edu.br
30	RN	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	www.ufrn.br
31	SE	UFS	Universidade Federal de Sergipe	www.ufs.br
32	DF	UNB	Universidade de Brasília	www.unb.br
33	GO	UFG	Universidade Federal de Goiás	www.ufg.br
34	GO	UFCat	Universidade Federal de Catalão	www.catalao.ufg.br
35	GO	UFJ	Universidade Federal de Jataí	www.jatai.ufg.br
36	MS	UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados	www.portal.ufgd.edu.br
37	MS	UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	www.ufms.br/pb
38	MT	UFR	Universidade Federal de Rondonópolis	www.ufr.edu.br
39	MT	UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso	www.ufmt.br
40	ES	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	www.ufes.br
41	MG	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	www.ufmg.br

42	MG	UFU	Universidade Federal de Uberlândia	www.ufu.br
43	MG	UFLA	Universidade Federal de Lavras	www.ufla.br
44	MG	UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto	www.ufop.br
45	MG	UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá	www.unifei.edu.br
46	MG	UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas	www.unifal-mg.edu.br
47	MG	UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	www.portal.ufvjm.edu.br
48	MG	UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei	www.ufsj.edu.br
49	MG	UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	www.uftm.edu.br
50	MG	UFV	Universidade Federal de Viçosa	www.ufv.br
51	MG	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	www2.ufjf.br/ufjf
52	RJ	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	www.ufrj.br
53	RJ	UFF	Universidade Federal Fluminense	www.uff.br
54	RJ	UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	www.unirio.br
55	RJ	UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	www.portal.ufrrj.br
56	SP	UFABC	Universidade Federal do ABC	www.ufabc.edu.br
57	SP	UNIFESP	Universidade Federal De São Paulo	www.unifesp.br
58	SP	UFSCar	Universidade Federal de São Carlos	www.ufscar.br
59	PR	UFPR	Universidade Federal do Paraná	www.ufpr.br
60	PR	UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	www.portal.unila.edu.br
61	PR	UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	www.utfpr.edu.br
62	RS	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	www.ufrgs.br
63	RS	UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	www.ufsm.br
64	RS	UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	www.ufcspa.edu.br
65	RS	FURG	Universidade Federal do Rio Grande	www.furg.br
66	RS	UFPEl	Universidade Federal de Pelotas	www.portal.ufpel.edu.br
67	RS	UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa	www.unipampa.edu.br/portal
68	SC	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	www.ufsc.br
69	SC	UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul	www.uffs.edu.br

Fonte: Elaborado pelo Autor

Tabela 2 – Lista das Universidades Públicas Estaduais

N.	UF	Sigla	Denominação	Link
1	AM	UEA	Universidade do Estado do Amazonas	www2.uea.edu.br
2	AP	UEAP	Universidade Estadual do Amapá	www.ueap.edu.br
3	PA	UEPA	Universidade do Estado do Pará	www.uepa.br
4	RR	UERR	Universidade Estadual de Roraima	www.uerr.edu.br
5	TO	UNITINS	Universidade do Tocantins	www.unitins.br
6	AL	UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas	www.uneal.edu.br
7	AL	UNCISAL	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	www.uncisal.edu.br
8	BA	UNEB	Universidade do Estado da Bahia	www.portal.uneb.br
9	BA	UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana	www.uefs.br
10	BA	UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz	www.uesc.br
11	BA	UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	www.uesb.br
12	CE	UECE	Universidade Estadual do Ceará	www.uece.br
13	CE	URCA	Universidade Regional do Cariri	www.urca.br
14	CE	UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú	www.uva.ce.gov.br
15	MA	UEMA	Universidade Estadual do Maranhão	www.uema.br
16	MA	UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão	www.uemasul.edu.br
17	PB	UEPB	Universidade Estadual da Paraíba	www.uepb.edu.br
18	PE	UPE	Universidade de Pernambuco	www.upe.br
19	PI	UESPI	Universidade Estadual do Piauí	www.uespi.br
20	RN	UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	www.portal.uern.br
21	DF	UnDF	Universidade do Distrito Federal Jorge Amaury	www.universidade.df.gov.br
22	GO	UEG	Universidade Estadual de Goiás	www.ueg.br
23	MS	UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	www.uems.br
24	MT	UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso	www.unemat.br
25	ES	FAMES	Faculdade de Música do Espírito Santo "Maurício de Oliveira"	www.fames.es.gov.br
26	ES	UnAC	Universidade Aberta Capixaba	www.universidades.es.gov.br
27	MG	UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros	www.unimontes.br

28	MG	UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais	www.uemg.br
29	RJ	UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	www.uerj.br
30	RJ	UEZO	Universidade Estadual da Zona Oeste	www.uezo.rj.gov.br
31	RJ	UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	www.uenf.br
32	SP	FATEC	Faculdade de Tecnologia de São Paulo	www.fatecsp.br
33	SP	USP	Universidade de São Paulo	www5.usp.br
34	SP	UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	www.unesp.br
35	SP	UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	www.unicamp.br
36	SP	UNIVESP	Universidade Virtual do Estado de São Paulo	www.univesp.br
37	SP	FAMEMA	Faculdade de Medicina de Marília	www.famema.br
38	SP	FAMERP	Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	www.famerp.br
39	PR	UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	www.unioeste.br
40	PR	UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná	www.unespar.edu.br
41	PR	UEM	Universidade Estadual de Maringá	www.uem.br
42	PR	UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa	www.uepg.br
43	PR	UEL	Universidade Estadual de Londrina	www.portal.uel.br
44	PR	UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste	www3.unicentro.br
45	PR	UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná	www.uenp.edu.br
46	RS	UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	www.uergs.edu.br
47	SC	UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina	www.udesc.br

Fonte: Elaborado pelo Autor

No atual estágio de desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, os “portais eletrônicos” disponíveis na *World Wide Web*, em regra, procuram espelhar a realidade material e as ações promovidas por organizações públicas e privadas a que se referem. Assim, o procedimento de coleta foi realizado via buscador Google, com o emprego de operadores lógicos, a fim de selecionar páginas e documentos dos portais das universidades que contivessem as expressões “linguagem inclusiva” e “comunicação inclusiva”, repertório que foi analisado e categorizado para o reconhecimento de evidências sobre o assunto.

Inicialmente, os endereços eletrônicos das universidades foram obtidos por meio do buscador “Google”, amplamente reconhecido como uma das plataformas de busca mais eficientes disponível na web. Desse levantamento resultaram duas listas totalizando cento e dezesseis universidades (116). Uma lista com as url’s de sessenta e nove (69) universidades federais e outra com as url’s de quarenta e sete (47) estaduais.

Também com o Google, a partir de cada endereço eletrônico obtido, realizou-se nova série de buscas com o emprego dos operadores booleanos “site:” e “aspas”, junto às categorias “linguagem inclusiva” e “comunicação inclusiva”. Operadores booleanos são instruções dirigidas a plataformas computacionais, incluídas em sentenças de busca, a fim de que a plataforma execute determinadas operações lógicas. Desse modo, para o buscador Google, o operador “site:” determina que a busca resgate apenas páginas ou documentos que integrem a estrutura de um site específico e que contenham uma palavra ou expressão específica. Por sua vez, o emprego das aspas determina que duas ou mais palavras sejam encontradas juntas,

formando uma expressão específica. Assim, realizou-se a busca com as seguintes sentenças de base:

[site:]+[url da universidade][espaço em branco][“linguagem inclusiva”]
 [site:]+[url da universidade][espaço em branco][“comunicação inclusiva”]
 Ex.: site:https://ufsc.br/ "linguagem inclusiva"

Desse procedimento, trinta e oito (38) portais de universidades federais e vinte e dois (22) portais de universidades estaduais apresentaram uma ou mais ocorrências contendo os termos “linguagem inclusiva” ou “comunicação inclusiva”.

3 RESULTADOS: EVIDÊNCIAS DA LINGUAGEM E DA COMUNICAÇÃO INCLUSIVAS NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Os resultados cujo teor evidenciou ações orientadas ao emprego de linguagem e comunicação inclusivas na universidade foram segmentados em categorias conforme consta na Tabela 1. Durante o processo, foram eliminadas as respostas cujas urls levavam a conteúdos repetidos. Foram também excluídas ocorrências cujo conteúdo informativo era desconexo ou não caracterizável como uma ação relevante. Links que remetiam diretamente a trabalhos acadêmicos⁸ disponíveis no acervo on-line da universidade foram igualmente desconsiderados, com exceção das ocorrências de trabalhos destacados em notícias ou reportagens.

Tabela 3 – Lista de categorias sobre as informações identificadas nas páginas web das universidades

Categoria	Descritivo
Evento/ Formação	Congresso, simpósio, workshop, palestra, curso, etc. dedicado ao debate ou formação sobre linguagem ou comunicação inclusiva.
Informe	Notícia, reportagem ou matéria jornalística que: a) aborda o assunto linguagem ou comunicação inclusiva; b) menciona a implementação de ações relacionadas a linguagem ou comunicação inclusivas.
Guia	Publicação institucional voltada a orientar o emprego da linguagem ou comunicação inclusiva.
Norma/Ato	Norma interna (resolução, portaria, etc.) ou deliberação de colegiado que contenha dispositivo ou orientação a respeito de linguagem ou comunicação inclusiva.
Extensão (Projeto/Ação)	Evidência (por link direto ou por informe) de projeto de extensão ou ação de caráter extensionista relacionados a linguagem ou comunicação inclusiva.

⁸ Monografias de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado, assim como artigos científicos e congêneres.

Produto Acadêmico (em destaque)	Monografia de graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado, artigo científico ou congênere (de graduação ou pós-graduação) que aborde o tema linguagem ou comunicação inclusiva, referido com destaque em notícia.
Plano de Ensino	Plano de ensino (graduação ou pós-graduação) que integre o tema linguagem ou comunicação inclusiva.

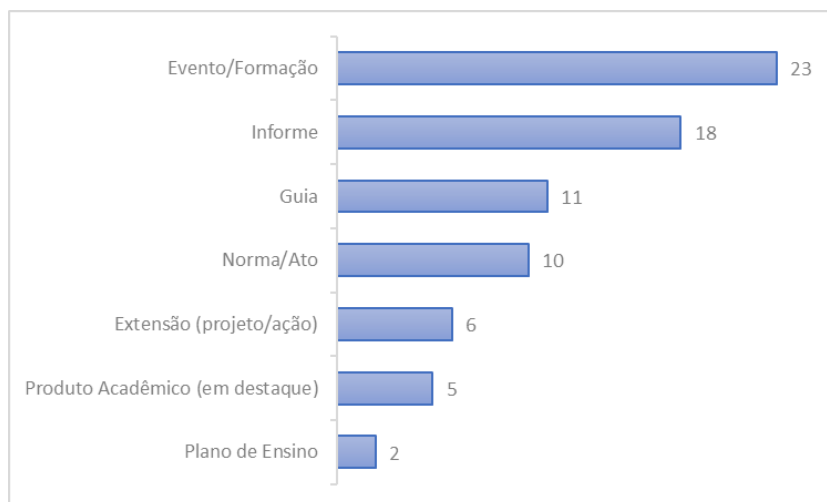
Fonte: Elaborado pelo Autor

Foram estratificadas setenta e cinco (75) ocorrências relevantes obtidas de quarenta (40) portais de universidades. Cumpre observar que, em termos estritamente quantitativos, os resultados estratificados provavelmente não representam a totalidade das ações institucionais potencialmente existentes, isso porque há limites no estado da técnica em relação a buscas realizadas na internet, o que diz respeito, por exemplo, a estrutura dos sites, cujas características podem dificultar a indexação de conteúdo. Deve-se considerar também a existência de ações realizadas no campo da linguagem e comunicação inclusivas que não foram mencionadas de algum modo nos portais. Esses fatores restritivos a respeito das condições de busca não comprometeram os resultados alcançados, em termos qualitativos, vez que o levantamento de informações ofereceu elementos relevantes para a análise contextual pretendida.

Em sua maioria, os resultados vinculados a categoria “linguagem inclusiva” indicaram o predomínio de ações comprometidas com a *igualdade de gênero* e com o emprego de *linguagem neutra*. Já em relação a categoria “comunicação inclusiva”, destacaram-se ações relacionadas a *peças com deficiência visual e auditiva*, notadamente a respeito de Braille, Audiodescrição e Libras⁹. Levando-se em conta o quadro de categorias descrito na tabela 3, os resultados apresentaram a seguinte distribuição:

⁹ **Braille** é um sistema de escrita destinado a pessoas com deficiência visual, cuja leitura tátil equivale ao sistema comum de escrita, no sentido de estimular “os neurônios, fazendo com que o cérebro se esforce em decodificar e interpretar o que se lê” (Barbosa; Silva; Souza, 2019, p. 55). **Audiodescrição** “é uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos (Motta; Romeu Filho, 2010, p. 11). Por sua vez, **Libras** é a Língua Brasileira de Sinais (produzidos especialmente com as mãos, mas que envolvem também expressões faciais) adotada por pessoas com deficiência auditiva. Observe-se que “a língua de sinais não é universal. Assim como as línguas orais, as línguas de sinais são específicas das comunidades idiomáticas de cada país (Arrabal; Kopman, 2022, p. 60).

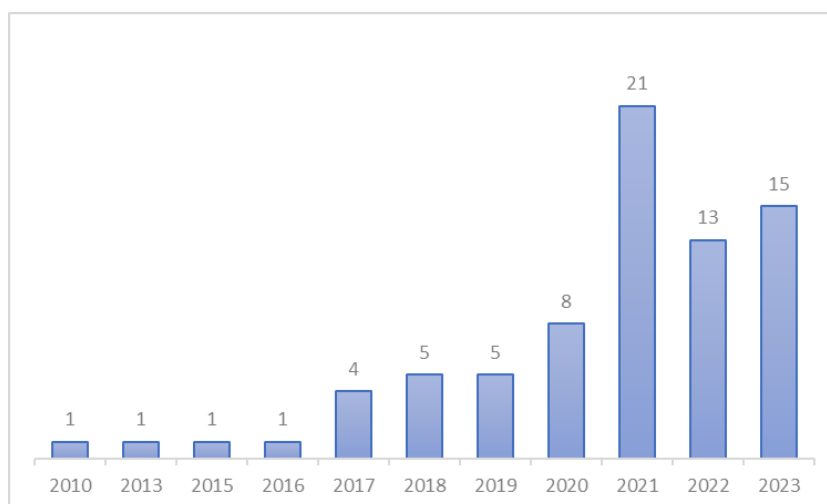
Gráfico 1 – Distribuição por Categoria



Fonte: Elaborado pelo Autor

Outro aspecto que merece registro diz respeito a atualidade. Conforme se verifica no gráfico abaixo, das setenta e sete (75) ocorrências relevantes, 65% concentram-se nos últimos três anos.

Gráfico 2 – Evidências de ações orientadas ao emprego de linguagem/comunicação inclusivas



Fonte: Elaborado pelo Autor

Segue a análise de contexto, considerando a estratificação por categoria.

3.1 EVENTOS/FORMAÇÕES

Nas vinte e três (23) ocorrências dessa categoria, foram identificados eventos e formações em diversas modalidades: Aula Aberta; Congresso; Curso; Encontro; Fórum;

Jornada; Oficina; Palestra; Roda de Conversa; Seminário e Simpósio. Em relação aos eventos, para alguns casos o tema da linguagem e comunicação inclusivas era central, a exemplo do “I Simpósio de Linguagem Inclusiva-Neutra-Não-Binária”, realizado em outubro de 2023 na UFSC, cuja temática inclusiva principal envolveu o não binarismo de gênero. Em outros eventos, a inclusão era um componente temático, como se observa em relação a Oficina de Linguagem Inclusiva, prevista na programação da “IV Jornada ExTrad: A democratização do conhecimento e da cultura através da Tradução”, evento ocorrido na UFPB em 2019. O público alvo dos eventos e formações compreende servidores das universidades, comunidade acadêmica e público externo, com algumas iniciativas a públicos externos específicos, a exemplo de formações para profissionais da saúde (UFMA). Os temas principais abordados foram: linguagem neutra; linguagem não sexista; tratamento ao público LGBTQIAPN+; alfabetização em Libras e audiodescrição.

3.2 INFORMES

Sobre a categoria Informes, destaca-se o debate sobre o emprego da linguagem neutra e não sexista. Algumas matérias evidenciaram o esforço institucional para a adoção de linguagem inclusiva em seus veículos de comunicação e expedientes administrativos. Das dezenove (19) ocorrências dessa categoria, grande parte foi encontrada em formato escrito de notícia, sendo três (3) disponibilizadas em formatos diferentes, uma em vídeo (TV - UFMG) e duas em áudio (Rádio - UFRGS; Podcast - UFPE)

A UFSM (2023) anunciou o emprego de linguagem inclusiva de gênero na nomenclatura de seus portais, adotando, por exemplo, a expressão “Portal Estudantil” em substituição a “Portal do Aluno”.

O tema da linguagem não binária foi destaque em matéria publicada no portal do projeto de extensão “Cotidiano” da UFSC (n. d.), voltado a “experimentação de novos formatos jornalísticos na produção de conteúdo que atenda à comunidade universitária e também a comunidade em geral”. Com o título “Linguagem neutra e representatividade não-binária: uma discussão além da gramática”, a matéria evidência o caráter controverso do tema. Menciona o Projeto de Lei nº 357.5/2020 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que em seu artigo 3º, estabelecia a proibição do emprego de linguagem neutra no material didático de

escolas públicas e editais de concurso.¹⁰ A notícia apresenta declarações contrárias e favoráveis a adoção da linguagem neutra. Por um lado, observa-se a resistência orientada pela normatividade gramatical, por outro, a leitura da necessidade de mudança pautada no respeito à diversidade de gênero. Em 2021, o portal do Instituto de Estudos de Gênero – IEG (2021) da UFSC publicou informe destacando o “dia do Orgulho Agênero” – 19 de maio¹¹.

No portal de notícias “Conexão” da UFRJ, a matéria intitulada “Linguagem Neutra e não binariedade” (Menezes, 2023), apresenta orientações sobre os marcadores neutros de flexão de gênero¹² e palavras preferenciais. Segundo o próprio informe, as orientações foram obtidas em manuais independentes¹³ e menciona a carência de legislação e manuais oficiais sobre o tema. Destaca, pelo contrário, iniciativas de projetos de lei que se opõem ao emprego de linguagem neutra. Nesse contexto, a matéria cita a decisão do STF que declarou a inconstitucionalidade de projeto de lei do Estado de Rondônia por incompetência legislativa em razão da matéria¹⁴, e refere-se também a pesquisa de mestrando da Ufscar que descreve o cenário legislativo de iniciativas contrárias ao uso de linguagem neutra.¹⁵

No blog colaborativo CONTXT do Núcleo de Estudos em Discursos e Sociedade da UFRJ, constam duas publicações com os títulos “Linguagem inclusiva não é só para inglês ver” (Cameron, 2020) e “Linguagem neutra” (Marco, 2021). A primeira, que é uma tradução do texto publicado em inglês no portal “*language: a feminist guide*”, desenvolve o tema a partir de fatos e características idiomáticas de diversos países. A partir de Evanildo Bechara, Cameron informa que a letra “a” tem “função cumulativa atualizadora do léxico e do morfema”, de modo que palavras como “professora” incluem a forma masculina “professor”. Apesar disso, “a regra funciona pelo caminho oposto. Em alemão, inglês e português, ‘professor’ pode ser usado para se referir a toda a classe profissional, mas “professora” se refere exclusivamente à mulher

¹⁰ Em 2021 o referido projeto foi pensado ao PL./0356.4/2020 que, por sua vez, propôs “medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado de Santa Catarina ao aprendizado da língua portuguesa, de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino.”. Em janeiro de 2023 o projeto foi arquivado.

¹¹ “Embora o termo esteja em construção, agênero refere-se a ausência de gênero ou gênero neutro, isto é, trata-se de uma identidade, que desafia o padrão binário de feminino-masculino. O diálogo sobre o assunto, torna-se cada vez mais imprescindível, para derrubar estigmas pré-definidos, visto que vivemos em um mundo repleto de diversidade” (IEG, 2021).

¹² Normalmente as letras “x”, “e”, “u” e o caractere @.

¹³ Cita um manual desenvolvido por estudantes da UnB em 2022 e um por estudantes da Frente Trans Unileira, coletivo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

¹⁴ “Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei do Estado de Rondônia n. 5.123/2021 e fixou a seguinte tese de julgamento: “Norma estadual que, a pretexto de proteger os estudantes, proíbe modalidade de uso da língua portuguesa viola a competência legislativa da União”, nos termos do voto do Relator. Os Ministros Nunes Marques e André Mendonça acompanharam o Relator com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 3.2.2023 a 10.2.2023.” (STF, 2023).

¹⁵ A notícia provavelmente se refere a dissertação de autoria de Robert Moura Sena Gomes intitulada “Por uma linguística (mais) popular: a construção do gênero neutro como dissidência linguística” (Gomes, 2022).

que exerce essa atividade”. O primeiro informe também observa que “o uso de estruturas linguísticas neutras não necessariamente garante que as mulheres serão incluídas”. Nos diversos idiomas marcados pela clivagem de gênero, “feministas têm adotado com mais frequência [...] sua especificação (às vezes também chamada de ‘feminilização’ ou ‘visibilização’ em português) que inclui o uso de formas femininas ao lado das masculinas para que as mulheres sejam explicitamente mencionadas” (Cameron, 2020). O primeiro informe ainda faz referência ao “Manual Prático de Linguagem Inclusiva” de André Fischer e ao “Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa” de Gioni Caê. O segundo menciona o “Guia para ‘Linguagem Neutra’ (PT-BR)” de Ophelia Cassiano (Marco, 2021), além de considerar que “as propostas de neutralização de gênero são variavelmente chamadas de linguagem inclusiva, neutra, não-binária ou neolinguagem e são defendidas principalmente por pessoas não-binárias”.

A questão da linguagem inclusiva é apresentada em uma reportagem na TV da UFMG (2021), com a participação do mestrando em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras Marcos Paulo Santos e do pedagogo, especialista em acessibilidade e PcD visual Gabriel Aquino. Marcos considera que a linguagem inclusiva remete a questão de reconhecimento do gênero feminino, enquanto a linguagem neutra “extrapola a distinção entre masculino e feminino”. Por sua vez, Gabriel questiona o argumento que considera o emprego da linguagem neutra um problema para pessoas com deficiência visual.

Informe publicado no portal do Centro de alfabetização, leitura e escrita da Faculdade de Educação da UFMG (Hudson, 2022), cita o livro “Preconceito Linguístico – o que é, como se faz” de autoria do prof. da UnB Marcos Bagno, destacando o problema de reduzir o ensino da língua portuguesa “a uma simples catalogação de termos técnicos e à análise de enunciados privados de contexto”, de modo que “a equivalência entre ensino de gramática e ensino de língua contribui para empobrecer e limitar o processo de aprendizado”. O informe menciona o movimento legislativo de oposição ao emprego de linguagem neutra, presente em projetos de lei de 14 estados e na Câmara Federal. Na perspectiva de Sírio Possenti, professor no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, “Gramática não ensina a língua a ninguém”, ela “ensina a analisar uma língua”.

Notícia publicada no portal da UFAL (2020), em alusão ao dia nacional da luta da pessoa com deficiência¹⁶, menciona ações realizadas nos campi da universidade, orientadas a

¹⁶ O dia 21 de setembro foi reconhecido por lei como o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência. (Brasil, Lei nº 11.133/2005).

promoção da acessibilidade. Capitaneadas pelo Núcleo de Acessibilidade (NAC) da instituição, as ações vão “desde o uso de linguagem inclusiva às políticas de acessibilidade e mobilidade urbana”.

Por ocasião do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência¹⁷, o portal de notícias da UECE (2021), entre outros informes, destaca que “um levantamento realizado pelo Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com deficiência, altas habilidades e superdotação (NAAI), apontou recentemente a presença de duas centenas de PcDs, entre alunos, docentes e servidores técnicos”. Nesse contexto, “entre as ações do setor, destaca-se a contratação de profissionais terceirizados como audiodescritores, auxiliares administrativos e intérpretes de Libras”, cujas atividades estão dirigidas aos alunos PcDs em seu cotidiano acadêmico, inclusive nas aulas remotas envolvendo a produção de materiais pedagógicos em Libras e audiodescrição. Em 2015 o portal de notícias da UECE veiculou a “Carta Mundial da Mídia Livre”¹⁸, um manifesto de ativistas da sociedade civil, orientado a ‘comunicação inclusiva, plural e transformadora’.

Matéria do “Jornal a Universidade” (2022) da UFRGS, faz referência a sua edição comemorativa 100#, na qual é marcante o “debate sobre a linguagem não binária para uma comunicação inclusiva”. O programa “Folhetim” da rádio da UFRGS (2022), cujo conteúdo encontra-se disponível no portal da instituição, entrevistou o prof. Fábio Ramos Barbosa Filho do Instituto de Letras da UFRGS a respeito dos assuntos que integram o livro “Linguagem ‘neutra’: língua e gênero em debate”, do qual é coautor. Entre outros aspectos, o professor destaca que “as línguas” sempre são atravessadas por questões políticas e culturais.

O portal “Humanista”, jornal laboratorial produzido por estudantes do curso de Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS (Bier, 2020), publicou ampla matéria a respeito do emprego da linguagem neutra, seus fundamentos e implicações. Mencionou também que em novembro de 2020, o projeto Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro “realizou o primeiro evento de incentivo à pessoas que se identificam como não binárias troquem seu gênero na certidão de nascimento para ‘não binária’”.

Abordagem distinta das anteriores encontra-se no texto publicado no arquivo do portal de notícias da UFLA (Ribeiro, 2017). Nele, críticas duras ao emprego de adequações de gênero são manifestas. Considera que o uso do masculino como padrão representa:

¹⁷ O dia 3 de dezembro “foi instituído pela Organização das Nações Unidas – ONU, por meio da Resolução A/RES/47/3, em 14 de outubro de 1992” (UECE, 2021).

¹⁸ A Carta Mundial da Mídia Livre é um manifesto ativista lançado no dia 28 de março de 2015 na “Assembleia de Convergência pelo Direito à Comunicação, no último dia do Fórum Social Mundial, na Universidade El Manar, em Túnis, capital da Tunísia.” (Campos, 2015).

[...] um princípio gramatical do português, que não herdou do latim o gênero neutro: cabe ao masculino quebrar o galho nesse papel, abarcando também o feminino. A rebelião de certos falantes contra isso [...] é um dos aspectos da onda politicamente correta que, a partir do último quarto do século passado e tendo como centro irradiador o meio universitário americano, passou a tentar mudar a linguagem como uma forma de mascarar problemas que não conseguia resolver na realidade.

Matéria publicada no portal de notícias da UFPB (Honório, 2021) discorre sobre o debate a respeito do não binarismo na linguagem e, sobre o assunto, apresenta esclarecimentos de Iran Melo da UFRPE, que pesquisa as interfaces entre gênero, sexualidade e linguagem. Entre outros aspectos, Melo considera que a língua portuguesa “já tem características da não-binariedade, há muitos recursos como substantivo sobrecomum e formas coletivas que nos ajudam a falar das pessoas sem marcar recursos da binaridade de gênero”.

Na UFPE (2023), o Podcast @desteoriza convidou a socióloga, artista e pesquisadora Urse Lopes e o professor de Linguística da UFRPE Iran Melo para tratar do assunto no episódio “Linguagem além do gênero”. No episódio, observou-se que, no contexto das sociedades contemporâneas, na Língua, assim como em outros sistemas de linguagem (a exemplo das cores, dos gestos, das artes, entre outros), predomina o modo binário de referencialidade de gênero, embora muitas pessoas não se enquadrem nessa perspectiva dicotômica. Partindo do pressuposto que a existência é definida pela linguagem, não nominar outras formas de existir é negar identidades.

3.3 GUIAS

Produzido e adotado oficialmente pela Unifesp por força Portaria Reitoria n. 3492/2020, o guia “Orientações para o uso de uma linguagem inclusiva” (Elias, 2021), visa “oferecer subsídios para que toda comunicação institucional utilize as normas vigentes da língua portuguesa numa perspectiva inclusiva de gênero, sobrepondo-se à predominância do masculino na linguagem.”

Matéria publicada no portal da UFSC (Silva, 2021) destacou o trabalho desenvolvido pela professora aposentada do Programa de Pós-Graduação em inglês, Carmen Rosa Caldas-Coulthard. Em parceria com a escola de idiomas Babel e o portal Transempregos, a professora desenvolveu o guia “Orientações para a inclusão linguística de pessoas trans” (Caldas-Coulthard, 2020), dirigido a “conscientizar as empresas sobre a importância da linguagem na contratação e convivência com profissionais trans e não binários”. A matéria destaca ainda que “na UFSC, as questões de Linguagem e Gênero são tratadas há muito tempo nos cursos de Pós-Graduação do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE) e em trabalhos do Instituto de Estudos de Gênero (IEG)”. (Silva, 2021).

Por ocasião da 13ª edição do evento “Mundos de Mulheres & do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11: transformações, conexões, deslocamentos”, realizado pela UFSC e IEG, a Comissão de Acessibilidade do evento – criada na edição de 2013 – elaborou um guia que contém, entre outras orientações, informes sobre comunicação e linguagem inclusiva para emprego por todos os participantes do evento (Mello; Fernandes, 2017).

Resultado de um projeto envolvendo docentes e discentes dos departamentos de Design da UFPR e UTFPR, o “Guia da linguagem não sexista” integra a proposta de elaboração de “Guias para um Mundo Melhor” cujo propósito é “desenvolver guias ilustrados que abordam temas relacionados à inclusão de gênero, racial e social, além de tratar de boas práticas em áreas como mobilidade sustentável e participação política cidadã” (Prado; Daros; Zacar, 2021).

Publicadas pela EDIPUCRS (embora disponíveis no site da UFOP), trata-se de cartilhas voltadas ao cooperativismo social (Tygel, 2017a) e economia solidária (Tygel, 2017b), e que empregam linguagem inclusiva, no sentido de evitar termos técnicos e detalhes excessivos. As fichas catalográficas as obras indicam que elas também foram publicadas em Braile.

O Conselho Regional de Farmácia da Bahia publicou em 2021 o primeiro Guia do Cuidado Farmacêutico para a Comunidade LGBTI+. Participaram da elaboração do guia uma docente, discentes e uma egressa da Univasf. (Mendes, 2021).

Na UFS, o “Guia de sobrevivência do(a) Estudante 2023” foi elaborado com atenção ao emprego de linguagem inclusiva e acessível pela Pró-Reitoria de ensino da instituição. (Cavalcante; Nery, 2023).

O grupo de acolhimento e produção de conhecimento da UNILA voltado para pessoas trans “Frente Trans Unileira”, criou um “Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa”, produzido por Gioni Caê e Gabe Gaona (2022).

Com o “objetivo de tornar as aulas (remotas e presenciais), bem como os documentos produzidos na Universidade, mais inclusivos e acessíveis, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense criou o “Guia UFF acessível: ensino, documentos e mídias acessíveis” (Barboza et al., 2020).

No portal da Fatec de São Paulo, encontra-se disponível o “Guia de Comunicação Inclusiva” produzido pela Assessoria de Comunicação do Centro Paula Souza (CPS, 2019), autarquia do Governo do Estado de São Paulo. O guia procura contribuir para o respeito aos “princípios de inclusão social, racial e de gênero” no contexto da comunicação.

Voltado aos Coordenadores, NDEs e demais envolvidos no contexto dos cursos de graduação, o “Manual de elaboração de projetos para processos regulatórios e avaliação in loco”

da UFF (2018), em relação a materiais didáticos desenvolvidos, estabelece a observação do emprego de “linguagem inclusiva e acessível”.

3.4 NORMAS/ATOS

Por meio da Resolução n. 064/2021, a UFSM¹⁹ instituiu sua Política de Igualdade de Gênero que, no seu artigo 24, define como principais estratégias propostas para promoção da igualdade de gênero, entre outras:

- VI – incorporar na comunicação oficial da instituição (ofícios, memorandos, editais, portarias, resoluções, etc.) e nas suas mídias (TV, Rádio, Web, etc.) a linguagem inclusiva e não sexista, levando em consideração o Manual da Linguagem Inclusiva, a ser criado pelo Comitê, em parceria com a equipe que atuar junto ao Espaço Multiprofissional “Casa Frida Kahlo” e especialistas da área;
- VII – regular e recomendar a não utilização de atitudes e de linguagem discriminatória e/ou sexista nos materiais e meios de divulgação das festas acadêmicas oficiais, vinculadas à imagem e/ou ao nome da instituição (turma, semestre, curso, etc.), mesmo que realizadas fora do espaço físico da Universidade;

A Portaria Reitoria n. 3492/2020, da Unifesp, estabelece em seu artigo 3º o uso da “linguagem neutra e inclusiva de gênero, priorizando o uso da palavra ‘pessoa’ como referência para concordância gramatical, de forma a contemplar também pessoas de gênero não binário, nas comunicações institucionais, incluindo sites”.

Com traço semelhante, porém não se referindo diretamente a “linguagem ou comunicação inclusiva”, a UFABC instituiu por meio da resolução nº 223/2022, a sua Política de Diversidade Sexual e de Gênero, com foco na promoção da igualdade e equidade de gênero e no combate às violências contra as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+. No seu artigo 10 estabelece como uma das responsabilidades da Prefeitura Universitária:

- I - Promover, em conjunto com a Assessoria de Comunicação e Imprensa, Reitoria, ProAP e Sugepe, campanhas publicitárias e eventos nos *campi* da UFABC que visem combater o preconceito e a discriminação contra mulheres e LGBTQIA+, que promovam o respeito à diversidade sexual e de gênero e para conscientização da comunidade universitária e externa;

No âmbito do Conselho Universitário da Universidade Federal de Lavras (CUNI/UFLA) decidiu-se pela adoção de “linguagem inclusiva na redação do Regimento Geral da Universidade, sempre que as alterações forem possíveis, para atender à paridade de gênero” (UFLA, Resolução CUNI nº 032, de 16 de junho de 2021)

¹⁹ Em seus considerados, a norma faz referência ao “Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende” elaborado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Franco; Cervera, 2014).

Na UFU, por meio da Resolução nº 04/2019, o Conselho da Faculdade de Matemática - Famat dispôs sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos documentos oficiais produzidos no seu âmbito administrativo.

Consideradas em sentido amplo, as normas representam manifestações de interesses e valores coletivos. Nesse sentido, registra-se aqui também a moção de repúdio, em defesa da diversidade e pluralidade linguísticas, firmada pelo Conselho Universitário da UFRGS, frente “a aprovação do PL 77/21²⁰ pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, ocorrida em 04 de maio de 2022, que proíbe a linguagem neutra na administração pública”.

A ouvidoria da UFRJ (2021), em um relatório que apresenta a síntese de recomendações desde 2009, registrou a “recomendação para reforço do compromisso institucional com o atendimento ao público, dando ênfase à comunicação inclusiva e empática para mitigar os conflitos de ordem interpessoal, de modo a evitar que escalem, tornando-se mais difícil o seu tratamento (2019)”.

No seu “plano de desenvolvimento de pessoas”, a UFSC (2023), estabelece a necessidade de “proporcionar ao servidor público recém-admitido o conhecimento das especificidades do serviço público, da missão da Instituição, da postura do servidor público” e, nesse contexto, abordar o tema da comunicação inclusiva.

Por sua vez, a política de comunicação da UFPB (2023) instituída pela Instrução Normativa Conjunta nº 02/2023 ASCOM e SCS/GR/UFPB, assume como um dos seus “princípios éticos e democráticos: [...] a elaboração de uma política de comunicação inclusiva”.

No contexto do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, considerando diretrizes para valorização das diversidades, a UnDF (2023) instituiu a obrigação de utilizar nas suas políticas “linguagem inclusiva e não preconceituosa em quaisquer produções e manifestações orais e escritas”.

3.5 EXTENSÃO (PROJETOS/AÇÕES)

As seis (6) ações categorizadas como extensão envolvem projetos institucionalmente reconhecidos e iniciativas que atentem direta ou indiretamente a comunidade externa, isoladamente ou em parceria com outras organizações.

²⁰ O referido projeto corresponde atualmente a Lei 13.154/22 que “Garante aos estudantes do Município de Porto Alegre o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e as orientações legais de ensino, com o Vocabulário Oficial da Língua Portuguesa e com a gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e obriga o emprego da norma gramatical e ortográfica padrão em toda a comunicação externa e com a população em geral realizada por parte da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta” (Porto Alegre, 2022).

Na UFSM (2021), encontra-se o projeto de extensão “A manualização do saber Linguístico: o processo de produção de Guias de Linguagem Inclusiva” vinculado ao projeto de pesquisa “Língua, Política e História” e voltado à elaboração de um Guia de Linguagem Inclusiva.”

Com o objetivo de “promover políticas sociais públicas de acessibilidade no ambiente cultural”, a UFRJ, por meio de sua escola de música e a Fundação Nacional das Artes desenvolveram o projeto “Um Novo Olhar”, tendo “a linguagem inclusiva e a acessibilidade como principais objetivos comuns” (Tavares, 2020).

Uma parceria foi celebrada entre o projeto de extensão “Meu corpo fala, mas será que eu entendo?” do Departamento de Fisiologia e Comportamento do Centro de Biociências da UFRN e a Unifesp (2021), a partir da qual dois vídeos foram produzidos, considerando o guia “Orientações para o uso de uma linguagem inclusiva: nota técnica de orientação” da Unifesp (Elias, 2021).

O projeto de extensão “O que é preconceito linguístico?” da UNIFAL-MG (Banhos, 2022), tem por objetivo “divulgar, entre discentes do ensino médio e em parceria com escola pública da cidade de Alfenas, conhecimento científico da área de sociolinguística, especificamente sobre variação linguística, linguagem inclusiva e preconceito linguístico.”

Em uma estratégia conjunta de ações entre a Assessoria de Comunicação da Unifesspa (2018) e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (Naia), buscou-se expandir a comunicação inclusiva envolvendo, entre outras medidas, a tradução do edital do Sistema de Seleção Unificada para a Língua Brasileira de Sinais, a fim de alcançar os candidatos da comunidade surda.

Com o objetivo de “fortalecer e incentivar o acesso ao conhecimento produzido pela universidade”, a UFRA (2021), por meio de sua Assessoria de Comunicação, lançou um boletim de notícias em Libras.

3.6 PRODUTOS ACADÊMICOS DESTACADOS

O levantamento de informações retornou vários acessos a produtos acadêmicos relacionados aos temas linguagem e comunicação inclusivas. Contudo, mencionam-se aqui estritamente os cinco (5) trabalhos que foram noticiados, para além de suas respectivas disponibilidades em repositórios bibliográficos.

A dissertação de mestrado em Linguística da UFMG de autoria de Marcos Paulo Santos (2019), intitulada “Sexismo linguístico e nomes gerais: a construção de uma língua inclusiva” e orientada por Eduardo Tadeu Roque Amaral, foi mencionada no portal de notícias da UFMG

(2019). Consta que o estudo evidenciou o “uso menos sexista nos pronunciamentos dos parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, depois que o governo do estado publicou o ‘Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende’”.

Outro estudo em destaque foi a dissertação de mestrado em jornalismo de Gabriela Schander (2021), intitulada “Por uma perspectiva de gênero no jornalismo: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da Revista AzMina”, sob orientação de Daiane Bertasso, trabalho que recebeu destaque no portal “Transverso” (2021) do grupo de pesquisa “Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC.

No curso de graduação em Jornalismo da UFOP, o Trabalho de Conclusão, realizado no formato de reportagem por Carlos Augusto Júnior com o título “(Re)existência LGBTQIAP+na escola”, “foi premiado pela Associação de Jornalistas em Educação (JEDUCA), em parceria com o Itaú Social, como melhor TCC de Jornalismo do país na categoria de Reportagem Especial Multimídia” (UFOP, 2023).

Matéria publicada no portal da UFSM (Santos, 2021) destacou o Trabalho de Conclusão de Curso em Letras de Camilla Cruz, orientado pela professora Eliana Rosa Sturza, sobre uso da linguagem inclusiva no ambiente acadêmico²¹. A matéria desenvolve a questão do uso de pronomes, substantivos e adjetivos neutros como forma respeito a comunidade LGBTQIA+, bem como apresenta o debate acerca do assunto, dado o prevalência cultural do tratamento normativo da língua portuguesa.

No contexto da disciplina de laboratório do curso de Publicidade e Propaganda da UFC, alunos produziram uma campanha publicitária intitulada “ComTato”. Dirigida a comunicadores em geral, a campanha “trata da necessidade de produção acessível a pessoas com deficiência visual e auditiva.” (Pontes, 2018)

3.7 PLANOS DE ENSINO

O componente curricular optativo “Antropologia e Feminismo” do departamento de Antropologia da UFSC (2023), informa nos seus objetivos, entre outros assuntos, a questão dos “ataques ao uso de linguagem inclusiva”. Também na UFG (2021), o componente “Tópicos em questões culturais e identitárias no ensino de línguas naturais” do Programa de Pós-graduação

²¹ Na busca pelo Trabalho de Conclusão de Curso mencionado na matéria, foi encontrada a dissertação de mestrado de Camila Cruz intitulada “A manualização do saber linguístico: o discurso sobre igualdade em manuais de linguagem inclusiva de gênero do Brasil” (2023).

em Letras e Linguística, prevê como uma de suas unidades de conteúdo “Linguagem inclusiva e identidade”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu colecionar um universo amplo de evidências a respeito de ações voltadas para a promoção da linguagem e da comunicação inclusiva no âmbito das universidades públicas brasileiras. Observou-se que os debates e ações afirmativas sobre o fenômeno da inclusão social, no contexto da linguagem e da comunicação, ainda são muito recentes. Apesar dos aspectos polêmicos que nutrem o emprego de linguagem não sexista e neutra, o exercício plural e diverso de códigos comunicativos pode contribuir para a valorização da diversidade e para o desenvolvimento de habilidades comportamentais.

É fundamental que os espaços universitários proporcionem a experiência do convívio plural altero de modo acolhedor e qualificado, sem que as diferenças e identidades sejam polarizadas e exercidas de modo estritamente combativo. Trata-se de uma questão que diz respeito também a prática da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade, orientadas ao fortalecimento do diálogo e da troca de epistemes e concepções de mundo.

Sob a perspectiva humanística, é preciso ter clareza que a “luta” não deve ser contra o outro, mas em favor do direito a existência digna de todos.

5 SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS

Os resultados obtidos apontam para a possibilidade de investigações ampliadas e de estudo de caso sobre os temas linguagem inclusiva e comunicação inclusiva nas universidades, considerando-se os Projetos Pedagógicos e Planos de Ensino componentes curriculares.

Os guias e manuais identificados podem ser fonte de importantes estudos, especialmente em relação ao modo como foram produzidos, assim como a respeito das características que marcam suas formações discursivas. Também a produção de normas administrativas abre um horizonte para estudos no campo jurídico, a fim de avaliar suas implicações sob a ótica da eficácia e da efetividade. Estudos bibliométricos relacionados às produções acadêmicas sobre o tema assumem relevância e denotam a possibilidade de execução, considerando a existência de repositórios estruturados disponíveis nos portais das bibliotecas universitárias.

REFERÊNCIAS

- ARRABAL, Alejandro Knaesel; KOPMAN, Débora. A língua brasileira de sinais na era das tecnologias de informação e comunicação. In: ROEDEL, Tamilly; PEDROSO, Raquel Maria Cardoso (Org.). **A deficiência na perspectiva da inclusão e da acessibilidade**. Curitiba: Bagai, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-120-0.28.09.22>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- BANHOS, Antonio. O que é preconceito linguístico? **UNIFAL-MG**, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/extensao/o-que-e-preconceito-linguistico/>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- BARBOSA, Luciane Maria Molina; SILVA, André Luiz da; SOUZA, Mariana Aranha de. O sistema Braille e a formação do professor: o acesso à leitura e a escrita por pessoas cegas. **InFor**, v. 5, n. 1, p. 49-71, 2019. Disponível em: <https://ojs.ead.unesp.br/index.php/inead/article/view/InFor4603v5n12019>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- BARBOZA, Nathália Fonseca da Silva et al. (Org.). **Guia: ensino, documentos e mídias acessíveis**. Niterói: UFF, 2020. Disponível em: <https://www.uff.br/sites/default/files/informes/guia-uff-acessivel-ensino-documentos-e-midias-acessiveis-2020.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.
- BARTHES, Roland. **Aula** (aula inaugural da cadeira de semiologia literária do colégio de França pronunciada dia 7 de janeiro de 1977). 14. ed. Tradução e posfácio Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 36. ed. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BEZERRA, Benilton. O valor das diferenças em um mundo compartilhado: diversidade humana. **Café Filosófico**, Instituto CPFL, 2015. Disponível em: <https://institucopfl.org.br/play/diversidade-humana-com-benilton-bezerra-jr-versao-tv-cultura/>. Acesso em: 6 set. 2023.
- BIER, Mariana. Linguagem não binária: do gênero na certidão ao respeito à dignidade das pessoas. <**humanista**>, 10 mar. 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2022/03/10/linguagem-nao-binaria-do-genero-na-certidao-ao-respeito-a-dignidade-das-pessoas/>. Acesso em: 15 set. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005**. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111133.htm. Acesso em: 16 set. 2023.
- CAÊ, Gioni; GAONA, Gabe. **Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa**. Foz do Iguaçu: Frente Trans Unileira, 2022. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. **Orientações para a inclusão linguística de pessoas trans**. Berlim; Santa Catarina; São Paulo: Babel; TransEmpregos, 2020. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/cedoc/livros-eletronicos/360>. Acesso em: 15 set. 2023.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação**, v. 23, n. 1, jan./mar. 2017, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170010001>. Acesso em: 25 mar. 2024.

CAMERON, Deborah. Linguagem inclusiva não é só para inglês ver. Tradução e adaptação Rodrigo Borba. **ConTxt**, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://contxt.letras.ufrj.br/linguagem-inclusiva-nao-e-so-para-ingles-ver/>. Acesso em: 15 set. 2023.

CAMPOS, Ana Cristina. Carta Mundial da Mídia Livre é lançada no Fórum Social na Tunísia. **Rede Brasil Atual**, 28 mar. 2025. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/carta-mundial-da-midia-livre-e-lancada-no-forum-social-na-tunisia-3590/> Acesso em: 20 jul. 2023.

CAVALCANTE, Janaína; NERY, Letícia. Guia de sobrevivência do(a) Estudante 2023 já está disponível para ajudar na adaptação de novos alunos. **UFS**, 6 jan. 2023. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/70985-guia-de-sobrevivencia-do-a-estudante-2023-ja-esta-disponivel-para-ajudar-na-adaptacao-de-novos-alunos> Acesso em: 9 ago. 2023.

CPS. Assessoria de Comunicação. **Guia de comunicação inclusiva**. São Paulo: CPS, 2019. Disponível em: Acesso em: 20 maio 2023. Disponível em: <http://www.fatecsp.br/paginas/pdf/2019-guia-comunicacao-inclusiva.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

CRUZ, Camilla Machado. **A manualização do saber linguístico**: o discurso sobre igualdade em manuais de linguagem inclusiva de gênero do Brasil. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/30085>. Acesso em: 15 set. 2023.

ELIAS, Vanda Maria da Silva. **Orientações para o uso de uma linguagem inclusiva**: nota técnica de orientação. São Paulo: Unifesp, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60268> Acesso em: 12 jun. 2023.

FLUSSER, Vilém. **Língua e realidade**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. Tradução Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: o bem que se diz bem se entende. Governo do Rio Grande do Sul, 2014. <http://portalsemear.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Manual-para-uso-n%C3%A3o-sexista-da-linguagem.pdf> Acesso em: 15 set. 2023.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, v. XVI, n. 1, p. 5-20, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/5299>. Acesso em: 25 mar. 2024.

GARCIA, Amanda. Escassez de mão de obra qualificada no Brasil atingiu 81% em 2022, diz pesquisa. **CNN Brasil**, 21 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/escassez-de-mao-de-obra-qualificada-no-brasil-atingiu-81-em-2022-diz-pesquisa/> Acesso em: 20 jun. 2022,

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE**, v. 35, n. 3, jun. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>. Acesso em: 25 mar. 2024.

GOMES, Robert Moura Sena **Por uma linguística (mais) popular**: a construção do gênero neutro como dissidência linguística. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16586>. Acesso em: 15 set. 2023.

GRACIA, Tomás Ibáñez. O giro linguístico. In: ÍÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Tradução Vera Lúcia Joscelyne. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre o humanismo**. Tradução Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HONÓRIO, Crislaine. Linguagem não-binária é alternativa para comunicação mais inclusiva. **UFPB**, 2021. Disponível em: <https://www.ufpb.br/comu/contents/noticias/linguagem-nao-binaria-e-alternativa-para-uma-comunicacao-mais-inclusiva> Acesso em: 2 set. 2023.

HUDSON, Luigy. Gêneros e gramática: o uso de linguagem neutra e o ensino de gramática. **Ceale – FaE – UFMG**, 23 out. 2022. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/generos-e-gramatica.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

IEG. Dia do Orgulho Agênero. **UFSC**, 19 maio 2021. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/noticias/483> Acesso em: 2 set. 2023.

JORNAL DA UNIVERSIDADE. Na UFRGS, resistência e defesa da pluralidade. **UFRGS**, 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/na-ufrgs-resistencia-e-defesa-da-pluralidade/> Acesso em: 2 set. 2023.

LAB.MG. Laboratório de Inovação em Governo. **Linguagem simples na gestão pública**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2021. Disponível em: https://www.mg.gov.br/system/files/media/planejamento/documento_detalhado/2022/gestao-governamental/guia_de_linguagem_simples.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

LEAL, Daniela; FREITAS, Jorge Peixoto; MAGALHÃES, Sara; MATIAS, Marisa. **Guia para a utilização de linguagem inclusiva**. U. Porto, 2023. Disponível em: https://www.up.pt/portal/documents/76/Guia_para_a_Utilizacao_de_Linguagem_Inclusiva.pdf f. Acesso em 10 jul. 2023.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise de discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARCO, Flávia de. Linguagem neutra. **ConTxt**, 23 mar. 2021. Disponível em: <https://contxt.letras.ufrj.br/glossario/linguagem-neutra/>. Acesso em: 15 set. 2023.

MELLO, Anahi Guedes de; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Guia de orientações básicas sobre Gênero, Deficiência e Acessibilidade. 13º Mundos de Mulheres & do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11: transformações, conexões, deslocamentos. Florianópolis: UFSC; IEG, 2017. Disponível em: <https://filosofia.paginas.ufsc.br/files/2017/08/Guia-de-orienta%C3%A7%C3%B5es-b%C3%A1sicas-sobre-g%C3%AAnero-defici%C3%Aancia-e-acessibilidade-1.pdf> Acesso em: 2 set. 2023.

MENDES, Júlia R. Guia do Cuidado Farmacêutico para a Comunidade LGBTI+ orienta profissionais de Farmácia sobre atendimento humanizado. **Univasf**, 5 ago. 2021. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/noticias/guia-do-cuidado-farmaceutico-para-a-comunidade-lgbti-orienta-profissionais-de-farmacia-sobre-atendimento-humanizado> Acesso em: 8 ago. 2023.

MIRANDA, Paula. Linguagem neutra e representatividade não-binária: uma discussão além da gramática. **Cotidiano UFSC**, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://cotidiano.sites.ufsc.br/linguagem-neutra-e-representatividade-nao-binaria/>. Acesso em: 15 set. 2023.

MOSÉ, Viviane. **O homem que sabe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/prodam/arquivos/Livro_Audiodescricao.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. Apresentação. In: SCHEID, Daiane; MACHADO, Jones; PÉRSIGO, Patrícia M. **Tendências em comunicação organizacional: temas emergentes no contexto das organizações**. Santa Maria: FACOS–UFSM, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/330/2022/04/Tendencias.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias? In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Linguagem, sociedade, políticas**. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014. p. 29-38. Disponível em: <https://www.univas.edu.br/docs/biblioteca/linguagensociedade.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023

PETERMANN, Juliana et al. (Orgs.). **Comunicação + plural: cartilha para uma linguagem mais inclusiva**. Santa Maria: UFSM, Nós Pesquisa Criativa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27597/Cartilha%20inclusiva_Revisada_Ebook_site.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

PONTES, Glícia. Comunicação inclusiva e automedicação são temas de campanhas de alunos de Publicidade. **UFC**, 15 jun. 2018. Disponível em: Acesso em: <https://www.ufc.br/noticias/11389-comunicacao-inclusiva-e-automedicacao-sao-temas-de-campanhas-de-alunos-de-publicidade> 20 maio 2023.

PORTO ALEGRE. **Lei nº 13.154, de 15 de junho de 2022**. Garante aos estudantes do Município de Porto Alegre o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e as orientações legais de ensino, com o Vocabulário Oficial da Língua Portuguesa e com a gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e obriga o emprego da norma gramatical e ortográfica padrão em toda a comunicação externa e com a população em geral realizada por parte da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/136350> Acesso em: 20 jun. 2023.

PRADO, Gheysa Caroline; DAROS, Carolina; ZACAR, Claudia. **Guia da linguagem não sexista**. Curitiba: UFPR: UTFPR, 2021. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/69661/1_Versa%CC%83oFinal_Guia-LinguagemNaoSexista.pdf Acesso em: 5 ago. 2023.

RIBEIRO, Paulo Roberto. Dicas de português: todos e todas, brasileiros e brasileiras.

DECOM-UFLA, 17 jul. 2017. Disponível em: <https://www.ufla.br/dcom/2017/07/17/dicas-de-portugues-todos-e-todas-brasileiros-e-brasileiras/> Acesso em: 2 set. 2023.

SANTA CATARINA. Projeto de Lei 0356.4/2020. Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado de Santa Catarina ao aprendizado da língua portuguesa, de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino. Disponível em:

<https://www.alesec.sc.gov.br/legislativo/tramitacao-de-materia/PL./0356.4/2020>. Acesso em: 15 set. 2023.

SANTA CATARINA. Projeto de Lei 0357.5/2020. Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes de Santa Catarina ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona. Disponível em:

<https://www.alesec.sc.gov.br/legislativo/tramitacao-de-materia/PL./0357.5/2020>. Acesso em: 15 set. 2023.

SANTOS, Aline. “Elu”, “amigue” e “bonite”: os termos neutros como forma de inclusão.

Revista Arco - Jornalismo Científico e Cultural, 12 nov. 2021. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/midias/arco/pronome-neutro-inclusao>. Acesso em: 15 set. 2023.

SANTOS, Marcos Paulo. **Sexismo linguístico e nomes gerais**: a construção de uma língua inclusiva. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-BAERAK>. Acesso em: 15 set. 2023.

SGCUE. Secretariado Geral do Conselho da União Europeia. **Comunicação inclusiva no SGC**. União Europeia, 2018. Disponível em:

https://www.consilium.europa.eu/media/49074/2021_058_accessibility-inclusive-communication-in-the-gsc_pt_acces.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

SHANNON, Claude Elwood. A Mathematical Theory of Communication. **Reprinted with corrections from The Bell System Technical Journal**, v. 27, p. 379–423, 623–656, jul./out., 1948. Disponível em:

<https://people.math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf> Acesso em: 9 set. 2023.

SILVA, Klay. Professora da UFSC desenvolve orientações de linguagem inclusiva para pessoas trans e não binárias. **Notícias da UFSC**, 19 abr. 2021. Disponível em:

<https://noticias.ufsc.br/2021/04/professora-da-ufsc-desenvolve-orientacoes-de-linguagem-inclusiva-para-pessoas-trans-e-nao-binarias/>. Acesso em: 15 set. 2023.

STF. **ADI 7019**. Número Único: 0064085-71.2021.1.00.0000. Requerente: Confederação nacional dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino. Requerido: Assembleia

Legislativa do Estado de Rondônia. Relator: Min. Edson Fachin. 13 fev. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6292373>. Acesso em: 15 set. 2023.

TAVARES, Dayse. Parceria planeja promover arte-educação inclusiva. **UFRJ**, 6 ago. 2020.

Disponível em: <https://ct.ufrj.br/parceria-planeja-promover-arte-educacao-inclusiva/> Acesso em: 12 jun. 2023.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TYGEL, Daniel. **Envolver o mundo com a economia solidária** [braile]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017b. Disponível em: https://incop.ufop.br/sites/default/files/incop/files/1-envolver-o-mundo-com-a-economia-solidaria_10.pdf Acesso em: 8 ago. 2023.

TYGEL, Daniel. **Envolver o mundo com o cooperativismo social** [braile] Aportes ao texto: Valmor Schiochet. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017a. Disponível em: https://incop.ufop.br/sites/default/files/incop/files/2-envolver-o-mundo-com-o-cooperativismo-social_7.pdf?m=1540398685 Acesso em: 8 ago. 2023.

UECE. 3 de dezembro: Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. UECE, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://www.uece.br/noticias/3-de-dezembro-dia-internacional-das-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em: 20 jul. 2023.

UFABC.CONSUNI, **Resolução nº 223, de 3 de agosto de 2022**. Estabelece a Política de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal do ABC, com foco na promoção da igualdade e equidade de gênero e no combate às violências contra as mulheres e as pessoas LGBTQIA+. Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/resolucoes/resolucao_consuni_223_-_estabelece_a_politica_de_diversidade_sexual_e_de_gnero_da_universidade_federal_do_abc.pdf Acesso em: 5 jun. 2023.

UFAL. Ufal encabeça ações de promoção à acessibilidade em seus campi. **UFAL**, 21 set. 2020. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/noticias/2020/9/ufal-encabeça-diversas-acoés-de-promocao-a-acessibilidade-em-seus-campi>. Acesso em: 16 set. 2023.

UFF. Manual de elaboração de projetos para processos regulatórios e avaliação in loco. **UFF**, mar. 2018. Disponível em: https://www.uff.br/sites/default/files/paginas-internas-orgaos/manual_processos_regulatorios_e_avaliacao_in_loco_revisado_ver_mar-2018_0.pdf Acesso em: 5 jun. 2023.

UFG Tópicos em questões culturais e identitárias no ensino de línguas naturais. [componente curricular], 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/26/o/Rose.C.PROGRAMA.To%CC%81picos_em_questo%CC%83es_culturais_e_identita%CC%81rias_no_ensino_de_li%CC%81nguas_naturais.pdf Acesso em: 20 ago. 2023.

UFLA. **Resolução CUNI nº 032, de 16 de junho de 2021**. Dispõe sobre a linguagem a ser adotada para o texto do Regimento Geral da Universidade Federal de Lavras, no que tange à paridade de gênero. Disponível em: https://sistemaslegados.ufla.br/documentos/arquivos/1_032_16062021.pdf Acesso em: 20 abr. 2023.

UFMG. Pesquisa da UFMG investiga maneiras de tornar linguagem menos sexista. **UFMG**, 1 abr. 2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisa-da-ufmg-investiga-maneiras-de-tornar-linguagem-menos-sexista> Acesso em: 24 jun. 2023.

UFMG. Uso das linguagens inclusiva e neutra mostra movimento das formas de comunicação. Universidade Federal de Minas Gerais, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisador-da-ufmg-revela-curiosidades-e-mudancas-na-comunicacao-brasileira>. Acesso em: 16 set. 2023.

UFOP. Mestrando do PPGCOM vence prêmio nacional de jornalismo. **PPGCOM**, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://ppgcom.ufop.br/news/mestrando-da-ufop-vence->

pr%C3%AAmio-nacional-da-jeduca-com-reportagem-sobre-viol%C3%AAncias-de Acesso em: 10 jul. 2023.

UFPB. **Instrução normativa conjunta ASCOM e SCS/GR/UFPB nº 02/2023, de 16 de março de 2023.** Estabelece normas para a execução das ações de comunicação no âmbito da UFPB. Disponível em: https://www.ufpb.br/ufpb/contents/documentos/instrucoes-normativas/instrucao_2_2023_reitoria_-_sga1149289134057675227.pdf Acesso em: 20 jul. 2023.

UFPE. Desteoriza traz o tema da linguagem não binária em novo episódio. 14 jun. 2023. Disponível em: https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/desteoriza-traz-o-tema-da-linguagem-nao-binaria-em-novo-episodio/40615 Acesso em: 2 set. 2023.

UFRA. Ufra lança primeiro boletim de notícias, em Libras. **UFRA**, 5 abr. 2021. Disponível em: https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2868:ufra-lanca-primeiro-boletim-de-noticias-em-libras&catid=17&Itemid=121 Acesso em: 25 jun. 2023.

UFRGS. Entenda os contornos do debate em torno da denominada linguagem neutra. **Folhetim**, 2 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/radio/entenda-os-contornos-do-debate-em-torno-da-denominada-linguagem-neutra/>. Acesso em: 16 set. 2023.

UFRGS. Moção. 6 maio 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/consun/wp-content/uploads/2022/05/Mocao-Repudio-a-aprovacao-do-PL7721.pdf> Acesso em: 5 jun. 2023.

UFRJ. Síntese das recomendações da Ouvidoria-Geral da UFRJ desde 2009. **Ouvidoria UFRJ**, 8 dez. 2021. Disponível em: http://www.ouvidoria.ufrj.br/images/stories/Ouvidoria/Recomendacoes/Sintese_das_Recomendacoes_da_Ouvidoria-Geral_da_UFRJ_2.pdf Acesso em: 5 jun. 2023.

UFSC. Antropologia e Feminismo [componente curricular], 2023. Disponível em: <https://antropologia.paginas.ufsc.br/files/2023/07/PlanoAntropoFemin20232.pdf> Acesso em: 20 ago. 2023.

UFSC. Cotidiano. n. d. Disponível em: <https://cotidiano.sites.ufsc.br/sobre/>. Acesso em: 15 set. 2023.

UFSC. **Plano de desenvolvimento de pessoas.** UFSC, 2023. Disponível em: <https://capacitacao.ufsc.br/files/2023/05/PDP-2023.pdf> Acesso em: 8 jul. 2023.

UFSM. A manualização do saber Linguístico: o processo de produção de Guias de Linguagem Inclusiva. **UFSM**, 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pet/letras/manual-de-linguagem-inclusiva> Acesso em: 20 ago. 2023.

UFSM. **Resolução n. 064, de 03 de novembro de 2021.** Disciplina a Política de Igualdade de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria. 2021. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=13828565> Acesso em: 20 ago. 2023.

UFSM. UFSM passa a adotar linguagem inclusiva na nomenclatura de seus Portais. 17 mar. 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2023/03/17/ufsm-passa-a-adotar-linguagem-inclusiva-na-nomenclatura-de-seus-portais>. Acesso em: 15 set. 2023.

UFU. **Resolução nº 4, de 07 de novembro de 2019**. Dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos documentos oficiais produzidos no âmbito administrativo da Faculdade de Matemática. Disponível em: <http://www.famat.ufu.br/legislacoes/resolucao-no-042019-do-confamat> Acesso em: 5 jun. 2023.

UNDF. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: contemplando políticas voltadas para as modalidades presencial e a distância. 2023. Disponível em: <https://www.universidade.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2023/07/UnDF-PDI-PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-INSTITUCIONAL.pdf> Acesso em: 20 jul. 2023.

UNIFESP. Parceria entre UFRN e Unifesp incentiva linguagem inclusiva. **Unifesp**, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-antiores-dci/item/5116-parceria-entre-ufrn-e-unifesp-incentiva-linguagem-inclusiva> Acesso em: 12 jun. 2023.

UNIFESP. Portaria Reitoria nº **3492, de 20 de novembro de 2020**. Sobre os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da autonomia e de liberdade. Disponível em: <https://nucleotrans.unifesp.br/noticias/portaria-da-reitoria-n-3492-2020-sobre-os-principios-da-dignidade-da-pessoa-humana-da-igualdade-da-autonomia-e-de-liberdade> Acesso em: 12 jun. 2023.

UNIFESSPA. Unifesspa expande ações de comunicação inclusiva. **Unifesspa**, 2018. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/noticias/3059-ascom-e-naia-estreitam-parcerias-para-expansao-de-aco-es-de-comunicacao-inclusiva-na-unifesspa> Acesso em: 25 jun. 2023.